

REQUERIMENTO Nº DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Henrique de Oliveira, no estrito prazo constitucional, as seguintes informações acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético).

Nesses termos, requisita-se:

1. As despesas com aluguéis, discriminada por órgão público, desde 2011;
2. O rol de locadores com os quais a União possui (ou possuiu) contrato desde 2011, incluindo o valor gasto com cada um, bem como os imóveis alugados.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa revelou que o governo está gastando quase R\$ 2 bilhões por ano com aluguéis de prédios públicos, enquanto mais de 18 mil imóveis do próprio governo estão vazios.

Tal situação é inconcebível! Em plena crise fiscal, o governo propalando que precisa ajustar as contas e anunciando cortes, continua gastando um expressivo montante com aluguéis. Existem imóveis vazios e até abandonados.



E o que é mais grave: chega a alugar um prédio inteiro, com contrato milionário, que não pode ser locado.

Só para dar um exemplo, a União pagou R\$ 20 milhões em aluguel do prédio onde funciona a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Nas imediações está localizada a Defensoria Pública da União. Um dos prédios mais sofisticados da cidade. Custo do aluguel: R\$ 15,1 milhões.

A Pasta que gastou mais com locação de imóveis em Brasília foi o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Há alguns meses, o ministério assinou um contrato para alugar um prédio por 10 anos para abrigar a Secretaria de Aviação Civil e a de Portos. Todavia, segundo a administração da região, a área não é destinada para esse fim. Só pode abrigar cinemas, escolas, associações beneficentes e teatros.

Em Brasília, em plena Esplanada dos Ministérios, um prédio onde trabalhavam servidores da Secretaria de Assuntos Estratégicos, ficou mais de um ano vazio.

Nesse contexto, o objetivo deste requerimento é elucidar aspectos nebulosos concernentes à locação de imóveis pela União. Destarte, dada a relevância da matéria para o interesse público, torna-se essencial que esta Casa venha a ter acesso às informações aqui solicitadas, visto que se encontra dentro de sua competência constitucional, ao mesmo tempo em que urge a tomada de



ação por parte dos representantes do povo a fim de zelar pelo interesse de toda a população.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2017.

Senador Alvaro Dias
(PODE - PR)
Líder

